

### Identificando as etnias africanas

*Ana Lugão Rios*

HALL, Gwendolyn Midlo. *Slavery African Ethnicities in the Americas. Restoring the Links*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2005, 225p.

Mais um trabalho engajado no debate que opõe posições que defendem a idéia de uma rápida crioulização versus os que defendem a permanência de continuidades culturais dos africanos escravizados nas Américas, o livro da professora Gwendolyn Hall se filia decididamente na segunda linha e tem, como uma das principais contribuições, a de apontar caminhos metodológicos e fontes para estudiosos do assunto. Decididamente argumenta pela viabilidade e, mais que isto, pela necessidade de, em suas palavras, tornar os invisíveis africanos visíveis.

A escravidão moderna é provavelmente o campo mais dinâmico e agregador dos estudos históricos. Desde os anos 1930/40, pelo menos, com as teses iniciadas por Freyre/Tannembaun, tem sido um campo marcadamente comparativo, incentivando debates acadêmicos internacionais. Foi assim com temas polêmicos como o papel das diferentes tradições jurídicas e religiosas no tratamento dos escravos, nas reações frente a miscigenação e nas relações raciais, passando pela discussão do paternalismo, da demografia dos escravos, da família, da natureza da escravidão moderna e as razões de seu fim. Todos temas tratados em abordagens implícita ou explicitamente comparativas. O debate acima mencionado surge com ambições continentais, buscando con-

formar algo que já foi mencionado como uma “teoria de criouliização”, para estruturar o conhecimento sobre o comportamento dos africanos e seus descendentes na diáspora. Partidários das duas posições buscam construir argumentos que estruturam processos que permitam, ou uma rápida criouliização, ou continuidades africanas, ao longo de quatro séculos, nas diversas regiões das Américas que receberam os escravos. A polêmica, creio, iniciou-se a partir de um texto de princípios dos anos 1970, de autoria de Sidney Mintz e Richard Price, que circulou durante muitos anos nas academias norte-americanas, antes de ser finalmente publicado, em 1992, sob o título *The Birth of African-American Culture: An Anthropological Perspective*. Este livro foi agora traduzido para o português e editado pela Pallas, em 2003, sob o título de *O nascimento da cultura africano-americana*.

O mais interessante da atual polêmica, contudo, é que, apesar de ter surgido, ou se intensificado a partir dos anos 1970, agora ganha contribuições decisivas com a democratização de bancos de dados e informações de fontes que estão disponíveis a todos os pesquisadores em CD-ROM e pela internet com recursos de busca. Desta forma, as

ambições continentais do debate dão um grande passo na direção de atrair mais pesquisadores, de diversas regiões, e permite que estes possam ter acesso a uma base de dados que possibilita comparações. Refiro-me aos bancos de dados produzidos pelas pesquisas coordenadas por David Eltis e pela própria Gwendolyn Hall. São eles, Hall, Gwendolyn Midlo. “*Louisiana Slave Database, 1719-1820*”. In *Databases for the Study of Afro-Louisiana History and Genealogy, 1719-1860: Computerized Information from Original Manuscript Sources: A Compact Disk Publication*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2000, Na WEB, com mecanismo de busca: Louisiana Slave Database, 1719-1820. Em [www.ibiblio.org/laslave](http://www.ibiblio.org/laslave) e [www.ancestry.com](http://www.ancestry.com). Dados dos dois endereços podem ser baixados gratuitamente. O outro é Eltis, David R., Stephen D. Behrendt e Herbm S. Klein editores: *The Trans-Atlantic Slave Trade: A Database on CD-ROM*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

Tornar tais dados disponíveis é uma das formas de avançar neste debate, já que os problemas envolvidos no resgate das diferentes etnias africanas nas Américas são complexos

e, para alguns pesquisadores, um esforço que além de metodologicamente difícil, teoricamente também seria incorreto. As dificuldades começam pela delimitação, no tempo e no espaço, das diferentes denominações de etnias de origem africana nos dois lados do Atlântico, já que elas foram especialmente mutáveis no lado africano (até porque foram bastante influenciadas pela dinâmica do tráfico). Saber sobre as origens da população embarcada em cada porto é também uma tarefa difícil, pois foram diversas as formas de “produção” e de apropriação dos escravos, bem como o raio de ação de cada porto. Outra série de problemas refere-se a acompanhar o assentamento dos escravos, nas Américas, a partir dos portos de embarque na África, já que as reexportações nem sempre eram registradas e o contrabando e a pirataria foram uma constante. Também as ambigüidades e pontos obscuros das denominações étnicas na documentação, as formas de registro: se auto declaradas ou atribuídas por terceiros, se referentes a regiões ou portos de embarque ou se expressão de uma designação étnico/cultural, demandam grande atenção do pesquisador. Outro problema é a precariedade, em muitos lugares, e a

qualidade desigual dos dados sobre a origem dos escravos nas diferentes colônias/estados americanos.

Além das dificuldades acima mencionadas, somam-se o ceticismo sobre as possibilidades de reagrupamento nas Américas das etnias de origem. A economia política da escravidão teria orientado senhores e autoridades a que deliberadamente, a fim de dificultar revoltas, espalhassem os africanos desembarcados por diferentes regiões, forçando desde muito cedo a adoção de línguas e costumes europeus por parte dos escravos. Tudo isto aliado a dúvidas sobre a existência ou vitalidade das designações étnicas como expressão de identidades culturais precisamente delimitadas, ainda na África, tornariam a tarefa de perseguir as continuidades culturais além de metodologicamente difícil, teoricamente errada.

Difícil a tarefa sem dúvida é, mas o texto de Hall nos faz crer que não é nem errada nem inútil. Indica ainda que pode ser menos difícil do que se imaginava, com a ajuda da tecnologia e da generosidade que ela e outros pesquisadores têm demonstrado ao tornar públicas suas fontes organizadas nas bases de dados. Mais ainda, dividir conosco, como faz no capítulo dois (Making

Invisible Africans Visible: Coasts, Ports, Regions, and Ethnicities), suas análises das características dos corpos documentais envolvidos e a indicação de fontes passíveis de utilização em diferentes arquivos. Busca ainda neste capítulo avançar sugestões metodológicas de tratamento destas fontes. Sugere ainda que além de ser fundamental o levantamento das viagens transatlânticas, seus portos de partida e chegada, estas informações precisam ser complementadas pelas de reexportações, notadamente dos escravos que, a partir do Caribe, eram redistribuídos no hemisfério Norte. Nesta parte, que necessariamente transcende a história local ou regional, a colaboração internacional vem sendo estratégica para que possamos estimar que africanos, quantos, de onde e quando chegaram nos diferentes portos americanos.

Uma outra face do aproveitamento das fontes, que Hall já vem utilizando com excelentes resultados (vide da autora *Africans in Colonial Louisiana: The Development of Afro-Creole Culture in the Eighteenth Century*. Baton Rouge, Louisiana State University Press, 1992) é a “química fina” das fontes locais, Perceber em documentação produzida localmente, como inventários, processos, anúncios de fugas ou de vendas, tanto as situações de auto-atribuições

de denominações étnicas, como as atribuições por terceiros. Hall argumenta que senhores e autoridades formulavam juízos precisos sobre os comportamentos esperados das diferentes etnias (os mais propensos a revoltas, as melhores mães, os trabalhadores mais confiáveis etc.). Desta forma, uma dada preocupação em identificar etnias africanas seria importante e, portanto, registradas com cuidado. Ainda que Hall por vezes passe a impressão de que considera estas atribuições de nomes “étnicos” por parte dos senhores pelo valor de face da documentação, é inegável que algumas características enint de tal forma “coladas” a determina dos grupos de escravos, que influíram de forma bastante perceptível no mercado, expressando diferenças de preços por etnia, como é convincentemente demonstrado no apêndice do livro.

A discussão sobre fontes abre também o terceiro capítulo (intitulado *The Clustering of African Ethnicities in the Americas*). A autora inicialmente aponta o erro básico de supor que os africanos trazidos dos vários pontos da África eram fracionados cultural e lingüística-mente de tal forma que não poderiam se comunicar ou dividir traços comuns. Ao contrário, argumenta Hall, as razões para reagrupamento

de escravos que dividiam a mesma cultura ou traços culturais semelhantes (a língua principalmente) eram mais fortes que as razões de sua dispersão. Dentre as razões para o reagrupamento nas Américas estariam as rotas e práticas tradicionais de comércio, que ligavam determinadas metrópoles colonizadoras aos mesmos compradores e vendedores na América e na África. Os imperativos técnicos (ventos, correntes e tonelagem de navios) de navegação entre portos americanos e africanos seriam outras razões que favoreceriam a ligação mais íntima de certos portos. Um outro aspecto que favoreceria o reagrupamento seria, paradoxalmente, as preferências senhorias. Por um lado o desejo por habilidades específicas de determinados escravos (por exemplo no cultivo do arroz molhado e na mineração) determinariam a procura por escravos de grupos conhecidos por tais habilidades. Por outro, a procura de escravos que pudessem ser “aclimatados” ou ensinados pelos que já habitavam o local.

Nos capítulos quatro (*Greater Senegambia/Upper Guinea*), cinco (*Lower Guinea: Ivory coast, Golá Coast, Slave Coast/Bight of Benin*) seis (*Lower Guinea: The Bight of Biafra*) e sete (*Bantulands: West Central África and Mozambique*) a

autora desenvolve a argumentação do terceiro capítulo sistematizando o conhecimento sobre as etnias africanas em suas diversas regiões, os principais portos de embarque destes povos na África e seu destino nas diferentes regiões na América, bem como uma cronologia aproximada deste processo. São capítulos muito resumidos para uma tarefa de tal fôlego, mas significa um esforço apreciável e muito útil para uma apreciação geral do que se tem sobre o assunto. Nestes capítulos Hall aborda ainda as discussões e problemas em torno do uso dos termos Bambara ou Banama, da polêmica sobre os significados da denominação Mina, além de outras discussões pertinentes para a difícil tarefa de localizar no tempo e no espaço estes nomes por vezes tão fugidios, registrados de maneira tão diversa em corpus documentais de natureza e características tão dessemelhantes. Especialmente nestes capítulos, sentimos falta de uma discussão mais problematizada do que a autora entende ou pretende com o uso quase naturalizado que faz do termo etnia ou etnicidade. O tom panfletário do capítulo de abertura (*Golá, God, Race and Slaves*), no qual nos deixa a impressão de que a fonte geradora de todo o mal e crueldade é a Europa ocidental

moderna, aparece também ao longo dos capítulos seguintes.

Na conclusão, a autora retoma a discussão da crioulização e aponta as diferenças entre o processo de Serra Leoa e o das Américas. Em Serra Leoa, onde escravos desembarcados de vários navios apreendidos no século XIX sofreram um rápido processo de aculturação, a diversidade entre eles era maior, o período de tempo foi menor e o inglês rapidamente se estabeleceu como língua franca. Nas Américas, um processo longo, contínuo, envolvendo toda a população desde os primórdios da colonização, fez com que na própria formação das linguagens e costumes americanos a participação dos diferentes povos africanos fosse marcante. O ponto é interessante e, de certa forma, de inegável sabor Freyreano, já que a permeabilidade a costumes trazidos por escravos é uma generalização que não é necessariamente óbvia. Mais que isto, quando ainda na conclusão defende que resgatar a contribuição específica dos diferentes povos africanos é fundamental não apenas para o estudo das culturas afro-americanas, mas para as Américas como um todo, a autora parece retornar a pontos defendidos por Nina Rodrigues nas primeiras décadas do século passado. Rodrigues defendia a necessidade de se con-

hecer amplamente o “estoque” de africanos, e suas diferentes culturas, para que se pudesse estimar as possibilidades de desenvolvimento nacional. A perspectiva racista de Rodrigues acabou por contribuir amplamente para a preocupação em perceber as diferenças entre os genericamente chamados africanos e suas contribuições específicas. A meu ver, ainda que de uma perspectiva oposta e mais histórica, a conclusão de Hall nos transporta para esta ordem de preocupações. Faz também pensar sobre o conseqüente perigo de buscar capturar e absolutizar singularidades e traços culturais específicos de determinados povos. Os perigos e armadilhas desta tarefa vão além do que pode ser resolvido pelo tratamento competente de fontes. Falta ao texto uma reflexão mais aprofundada sobre a dinâmica dos processos de mudança cultural e sobre a complexidade das construções identitárias, já que estas construções são, elas mesmas, muitas vezes, produtos de situações limite e fortalecidas justamente porque buscam delimitar fronteiras. Ainda assim, o livro da professora Hall apresenta uma efetiva contribuição ao debate corrente, é inteligente, criativo e generoso. Seria oportuna sua tradução para que se torne acessível aos interessados em uma questão tão pertinente a todos nós.